

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 06/11/2020 | Edição: 212 | Seção: 1 | Página: 97

Órgão: Ministério do Turismo/Agência Nacional do Cinema

PORTARIA Nº 468-E, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

Altera a PORTARIA ANCINE N.º 460-E, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020, para incluir a listagem das normas em vigor que estão sob a responsabilidade da Secretaria Executiva e da Secretaria de Políticas de Financiamento.

O DIRETOR - PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e IV do art. 13 do Anexo I ao Decreto n.º. 8.283, de 3 de julho de 2014, nos termos dos artigos 12 e 14 do Decreto n.º 10.139, de 28 de novembro de 2019, e tendo em vista a Deliberação de Diretoria Colegiada n.º 824-E, de 29 de setembro de 2020, resolve:

Art. 1º Alterar a PORTARIA ANCINE N.º 460-E, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020, para incluir a listagem das normas em vigor que estão sob a responsabilidade da Secretaria Executiva e da Secretaria de Políticas de Financiamento, em atendimento ao art. 12 do Decreto n.º. 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Secretaria Executiva			
	Número	Data	Definição
Portaria	342	11/12/2009	Torna pública a relação dos termos consolidados pela revisão conceitual para o sistema Ancine Digital
Portaria	99	05/04/2013	Aprova as diretrizes para uso de termos e conceitos da ANCINE
Portaria	375-E	04/06/2018	Estabelece a Câmara Técnica de Pirataria
Portaria	360-E	28/08/2019	Atribui à Superintendência de Fiscalização -SFI os atos de instrução processual e decisão administrativa, em primeira instância, sobre as solicitações de dispensa do cumprimento das obrigações relativas ao exercício das atividades de programação e empacotamento, na forma dos arts. 35, 36 e 37 da Instrução Normativa n.º 100/2012 e revoga a Portaria n.º 306, de 20 de dezembro de 2012.
Súmula	2	26/10/2010	Dispõe sobre a forma de recolhimento da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE relativa à obras seriadas com episódios de curta duração (até 15 minutos) no segmento de mercado de vídeo doméstico.
Súmula	3	24/11/2010	Dispõe sobre a forma de recolhimento da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE relativa às obras audiovisuais não publicitárias que sejam exploradas comercialmente por mais de um agente econômico em determinado segmento de mercado.
Súmula	4	08/12/2011	Dispõe sobre a verificação de possível situação de não incidência da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE, prevista no inciso I do artigo 33 da Medida Provisória n.º 2228-1/2001, relativa às obras audiovisuais não publicitárias.
Despacho	49-E	25/05/2017	Credenciamento provisório de canal comunitário e canal universitário de âmbito nacional
IN	57	08/12/2006	Dispõe sobre a emissão de Certificado MERCOSUL para Obras Cinematográficas brasileiras e dá outras providências.
IN	60	17/04/2007	Regulamenta o art. 37 da MP 2228-1, de 06/09/2001, e dispõe sobre o procedimento administrativo para cobrança da CONDECINE em atraso, aplicação de sanções, apreciação de impugnações e recursos.
IN	63	02/10/2007	Define cineclubes, estabelece normas para o seu registro facultativo e dá outras providências.
IN	64	18/10/2007	Regulamenta o procedimento de envio obrigatório do relatório de comercialização de obras audiovisuais pelas empresas distribuidoras que atuam no segmento de vídeo doméstico, e dá outras providências.

IN	65	18/10/2007	Regulamenta o procedimento de envio obrigatório de relatórios de comercialização pelas empresas distribuidoras de obras audiovisuais para salas de exibição, e dá outras providências.
IN	70	25/02/2008	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 65, de 18 de outubro de 2007, e dá outras providências.
IN	73	29/05/2008	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 65, de 18 de outubro de 2007, e dá outras providências.
IN	74	29/05/2008	Revoga a Instrução Normativa nº 69, de 25 de fevereiro de 2008, e altera o prazo para entrada em vigor do envio obrigatório do relatório de comercialização de obras audiovisuais pelas empresas distribuidoras que atuam no segmento de vídeo doméstico, previsto no artigo 18 da Medida Provisória nº 2228-1/01, regulamentado pela Instrução Normativa nº 64, de 18 de outubro de 2007.
IN	84	25/09/2009	Altera artigos da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007 e dá outras providências.
IN	91	01/12/2010	Regulamenta o registro de agente econômico na ANCINE previsto no art. 22, da Medida Provisória 2.228-1, de 06 de setembro de 2001; o credenciamento de agentes econômicos que exercem atividade de programação e empacotamento no âmbito da comunicação audiovisual de acesso condicionado previsto no art. 12 da Lei 12.485, de 12 de setembro de 2011; revoga a IN 41 e dá outras providências. (Alterado pelo art. 1º da Instrução Normativa nº 101)
IN	92	29/03/2011	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 91, de 01 de Dezembro de 2010.
IN	94	31/05/2011	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 91, de 01 de Dezembro de 2010.
IN	95	08/12/2011	Dispõe sobre o procedimento de registro de obra audiovisual publicitária.
IN	96	15/12/2011	Regulamenta o art. 32, II da Medida Provisória nº 2228-1, de 06 de setembro de 2001 e dispõe sobre o recolhimento regular da CONDECINE devida pela prestação de serviços que se utilizem de meios que possam, efetiva ou potencialmente, distribuir conteúdos audiovisuais, nos termos da lei que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado.
IN	97	24/04/2012	Altera artigos da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007 e dá outras providências.
IN	98	15/05/2012	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 95, de 08 de Dezembro de 2011.
IN	100	29/05/2012	Dispõe sobre a regulamentação de dispositivos da Lei nº 12.485/2011 e dá outras providências.
IN	101	29/05/2012	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 91, de 01 de dezembro de 2010, da Instrução Normativa nº 95, de 08 de Dezembro de 2011.
IN	102	19/06/2012	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 100, de 29 de Maio de 2012 e da Instrução Normativa nº 91, de 01 de dezembro de 2010.
IN	104	10/07/2012	Dispõe sobre o Registro de Obra Audiovisual Não Publicitária Brasileira, a emissão de Certificado de Produto Brasileiro e dá outras providências.
IN	105	10/07/2012	Dispõe sobre o Registro de Título da Obra Audiovisual Não Publicitária, a emissão de Certificado de Registro de Título e dá outras providências.
IN	106	24/07/2012	Dispõe sobre o reconhecimento do regime de coprodução internacional de obras audiovisuais não publicitárias brasileiras para fins de posterior emissão de Certificado de Produto Brasileiro - CPB; disciplina o regime de coprodução internacional no tocante à utilização de recursos públicos federais em projetos de produção de obra audiovisual brasileira não publicitária; e dá outras providências.
IN	107	30/10/2012	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 104, de 10 de julho de 2012, e da Instrução Normativa nº 105, de 10 de julho de 2012.
IN	109	19/12/2012	Regulamenta o processo administrativo para aplicação de penalidades por infrações cometidas nas atividades cinematográfica, videofonográfica e de comunicação audiovisual de acesso condicionado, bem como em outras a elas vinculadas, e revoga a Instrução Normativa nº. 30, de 20 de julho de 2004.
IN	111	24/09/2013	Altera a redação do artigo 59 da Instrução Normativa nº 109, de 19 de dezembro de 2012.
IN	112	12/11/2013	Altera os Anexos I e II da Instrução Normativa nº 104, de 10 de julho de 2012.
IN	114	11/03/2014	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº. 65, de 18 de outubro de 2007

IN	115	30/09/2014	Regulamenta obrigação de envio de contratos por agentes regulados, altera dispositivos da Instrução Normativa nº. 91, de 1 de dezembro de 2010, da Instrução Normativa nº. 65, de 18 de outubro de 2007, e dá outras providências.
IN	118	16/06/2015	Dispõe sobre o procedimento de celebração e acompanhamento de Termo de Ajuste de Conduta - TAC e dá outras providências.
IN	119	16/06/2015	Estabelece critérios para a classificação de nível de empresa produtora brasileira independente, para fins de captação de recursos por meio de fomento indireto, e dá outras providências.
IN	120	22/06/2015	Regulamenta o inciso XXIII do art. 7º da Medida Provisória nº. 2.228-1, de 6 de setembro de 2001
IN	121	22/06/2015	Altera dispositivos das Instrução Normativa nº. 91, de 1 de dezembro de 2010; Instrução Normativa nº. 100, de 29 de maio de 2012; Instrução Normativa nº. 104, de 10 de julho de 2012; Instrução Normativa nº. 105, de 10 de julho de 2012; e Instrução Normativa nº. 106, de 1 de dezembro de 2012, e dá outras providências.
IN	122	09/12/2015	Altera as Instruções Normativas nº. 88 de 02 de março de 2010, nº 100 de 29 de maio de 2012, nº 104 de 10 de julho de 2012 e nº 106 de 01 de dezembro de 2012
IN	123	22/12/2015	Regulamenta o Sistema de Controle de Bilheteria e o procedimento de envio de dados de bilheteria, revoga a Instrução Normativa nº. 51, de 17 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.
IN	127	19/04/2016	Posterga o prazo previsto para vigência do Sistema de Controle de Bilheteria da Instrução Normativa nº 123, de 22 de dezembro de 2015.
IN	128	13/09/2016	Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade visual e auditiva a serem observados nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica.
IN	129	10/11/2016	Altera dispositivo da Instrução Normativa nº. 91, de 1º de dezembro de 2010
IN	134	09/05/2017	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 95, de 08 de dezembro de 2011 e da Instrução Normativa nº 105, de 10 de julho de 2012.
IN	135	13/06/2017	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 134, de 09 de maio de 2017
IN	136	02/10/2017	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 134, de 09 de maio de 2017.
IN	137	17/11/2017	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 128, de 13 de setembro de 2016.
IN	138	06/12/2017	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº. 65, de 18 de outubro de 2007.
IN	139	07/12/2017	Altera artigos da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007, e dá outras providências.
IN	140	21/12/2017	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 128, de 13 de setembro de 2016.
IN	144	18/09/2018	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 104, de 10 de julho de 2012.
IN	145	08/10/2018	Altera dispositivos das Instruções Normativas nº 116, de 18 de dezembro de 2014, e nº 128, de 13 de setembro de 2016.
IN	146	21/12/2018	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 134, de 09 de maio de 2017.
IN	147	22/01/2019	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 95, de 08 de dezembro de 2011.
IN	148	18/06/2019	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 109 de 19 de dezembro de 2012 e da Instrução Normativa nº 128, de 13 de setembro de 2016.
IN	151	23/01/2020	Regulamenta o cumprimento e a aferição da exibição obrigatória de obras cinematográficas brasileiras de longa metragem pelas empresas proprietárias, locatárias ou arrendatárias de salas ou complexos de exibição pública comercial, e dá outras providências.
RDC	64	25/03/2015	Aprova o Regimento Interno do Comitê do Observatório do Cinema e do Audiovisual.
RDC	89	06/08/2019	Dispõe sobre a criação do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações na ANCINE e dá outras providências.

Secretaria de Políticas de Financiamento

	Número	Data	Definição
--	--------	------	-----------

DDC	95	08/06/2010	Dispõe sobre o estabelecimento de limitações e critérios à transferência de direitos patrimoniais e de direitos de exploração comercial de obras audiovisuais produzidas com recursos de renúncia fiscal - recursos incentivados - no âmbito dos mecanismos de fomento instituídos pela Lei nº 8.685/1993, e pela Medida Provisória nº 2.228-1/2001 para projetos de produção de obra audiovisual brasileira de produção independente cuja destinação inicial sejam os segmentos de mercado radiodifusão de sons e imagens (TV Aberta) ou de comunicação eletrônica de massa por assinatura (TV Paga).
DDC	239	2010	Traz procedimentos de verificação de Adimplência perante a ANCINE para fins de contratação e liberação de recursos do FSA
DDC	103	20/05/2011	Altera a Deliberação nº 95, de 08 de junho de 2010
DDC	92	2014	Nos contratos de patrocínio, investimento, ou coprodução, celebrados no âmbito dos mecanismos de incentivo geridos pela ANCINE previstos nas Leis nº 8.313, de 1991, nº 8.685, de 1993, bem como na Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001, fica vedada a estipulação de cláusula penal compensatória, ou disposição congênere, no sentido da devolução dos recursos incentivados, ou de valor equivalente, pelo proponente de projeto audiovisual.
Portaria	101	17/03/2008	Dispõe sobre a organização das competências internas referentes à gestão dos programas e mecanismos de fomento ao audiovisual brasileiro e dá outras providências.
Portaria	120	23/09/2016	Instituição do Programa de Apoio à Divulgação do Filme Brasileiro Candidato a uma Indicação ao Oscar® de Melhor Filme em Língua Estrangeira
Portaria	173-E	29/06/2017	Atribuir à Superintendência de Desenvolvimento Econômico - SDE os atos de instrução processual e decisão administrativa, em primeira instância, sobre as propostas de credenciamento de projetos, no âmbito do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE
Portaria	174-E	29/06/2017	Delegação de competência da Diretoria Colegiada para a Superintendência de Desenvolvimento Econômico, por meio de Portaria de Delegação, referente as decisões de aprovação de destinações de recursos, no âmbito do PAR - Prêmio Adicional de Renda.
Portaria	262-E	24/08/2017	Dispõe sobre a organização das competências internas referentes à gestão dos programas e mecanismos de fomento ao audiovisual brasileiro e dá outras providências
Portaria	344-E	10/11/2017	Altera a Portaria ANCINE nº 262-E, de 24 de agosto de 2017
Portaria	163-E	19/02/2018	Altera a Portaria ANCINE n.º 262-E, de 24 de agosto de 2017
Portaria	1-E SFO	20/02/2018	Dispõe sobre a organização das competências internas referentes à gestão dos programas e mecanismos de fomento ao audiovisual brasileiro e dá outras providências
Portaria	379-E	28/08/2019	Dispõe sobre o procedimento para verificação da adimplência, junto à ANCINE, dos selecionados para a contratação com os Agentes Financeiros do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), bem como para o recebimento dos recursos dela decorrentes.
Portaria	429-E	05/09/2019	Altera a Portaria 262-E, de 24 de agosto de 2017.
Portaria	484-E	30/09/2019	Fixa as diretrizes para a criação de Equipe de Trabalho Remoto no âmbito da Secretaria de Políticas de Financiamento da Agência Nacional do Cinema e dá outras providências.
Portaria	491-E	09/10/2019	Torna público os critérios econômicos, e os respectivos procedimentos administrativos, para a análise prioritária de projetos audiovisuais aprovados pela Agência Nacional do Cinema - ANCINE e financiados com recursos públicos.
Portaria	494-E	14/10/2019	Retificação da Portaria 484-E, de 30 de setembro de 2019.
Portaria	505-E	21/10/2019	Altera dispositivos da Portaria ANCINE nº 491-E, de 09 de outubro de 2019.
Portaria	15-E	14/01/2020	trata da delegação de competências à SDE para aprovação de prorrogações de prazos contratuais e manifestação sobre processos sancionatórios
Portaria	96-E	20/02/2020	Altera dispositivos da Portaria ANCINE n.º 484-E, de 30 de setembro de 2019.
Portaria	151-E	19/03/2020	Trata sobre a suspensão de prazos de prestação de contas e diligências durante o período de emergência de saúde pública
Súmula	6	09/01/2018	Nos projetos aprovados após a entrada em vigor da Lei nº. 11.437, de 28 de dezembro de 2006, é possível a remuneração do serviço de gerenciamento e execução do respectivo projeto por empresas produtoras cinematográficas brasileiras, desde que haja previsão orçamentária.

Súmula	7	09/01/2018	Não é possível que a empresa proponente apresente como forma de comprovação da contrapartida obrigatória o valor de gerenciamento pelo qual deixou de se remunerar.
Súmula	8	09/01/2018	A contrapartida obrigatória pode ser comprovada por meio de doação de serviços ou produtos da própria proponente, de coprodutores, de coexecutores ou de terceiros. Em todos esses casos, devem ser observados os requisitos constantes nos artigos 20 e 21 da Instrução Normativa nº. 124/2015, não sendo admitida doação referente a itens orçamentários não aprovados para o projeto ou que extrapolem o valor aprovado para o item a que se refere.
Súmula	9	09/01/2018	Nos casos de doação ou comodato de bem, equipamentos ou materiais, de propriedade da própria proponente, do coexecutor ou do coprodutor, além dos requisitos acima, devem ainda ser apresentados os três orçamentos indicados no artigo 14 da Instrução Normativa nº. 124/2015.
Súmula	10	09/01/2018	Nos casos de glosa de despesa apresentada como comprovação da contrapartida obrigatória que não tenha sido executada por meio das contas correntes do projeto, diante da impossibilidade de aferir a data de execução do débito nos termos do artigo 4º, inciso II, da Resolução da Diretoria Colegiada nº. 41/2011, será considerado como termo inicial para a atualização monetária do débito e para a aplicação de juros a data final em que a Prestação de Contas Final deveria ser apresentada.
Súmula	11	09/01/2018	Nos casos em que não houver a apresentação de despesas para comprovação de contrapartida, ou nos quais as despesas apresentadas sejam insuficientes para sua total comprovação, será considerado como termo inicial para a atualização monetária do débito e para a aplicação de juros a data da ciência de tal omissão pela Ancine, que se caracteriza com o envio da primeira diligência enviada para a proponente para o saneamento das pendências relativas à contrapartida, nos termos do artigo 4º, inciso IV, da Resolução da Diretoria Colegiada nº. 41/2011.
Súmula	12	09/01/2018	Quando a proponente executar despesas com recursos próprios, sem depositá-los nas contas do projeto, em montante que supere aquele necessário para comprovar a contrapartida obrigatória, o valor a maior não poderá ser utilizado para compensar: I - despesa irregular executada com recursos públicos que vier a ser glosada; II - parcela de recursos públicos não comprovados.
Súmula	14	09/01/2018	No caso de despesas executadas antes da entrada em vigor da Instrução Normativa nº. 110, em 04 de janeiro de 2013, é possível sua comprovação por documentos fiscais emitidos em nome de agente que atuou como se fosse "coexecutor", devendo os requisitos para a caracterização da coexecução serem aferidos posteriormente, ainda que em sede de prestação de contas, dispensando-se a aprovação prévia do contrato pela Ancine.
Súmula	15	09/01/2018	Nos projetos em que a primeira liberação de recursos se deu após a entrada em vigor da Instrução Normativa nº. 110, em 04 de janeiro de 2013, não são admitidas despesas com tarifas bancárias de qualquer natureza.
Súmula	18	09/01/2018	Para fins de aplicação do artigo 6º, caput, da Instrução Normativa nº. 124/2015 ou de regras editalícias que prevejam a possibilidade de apresentação da prestação de contas no maior prazo dentre os estabelecidos, a expressão "projeto" deve ser entendida como os diversos processos voltados ao financiamento de um mesmo objeto.
Súmula	19	09/01/2018	Nos casos de que trata a súmula nº 18, consideram-se objetos autônomos o roteiro, a obra audiovisual e a sua distribuição. Assim, processos que visem o financiamento exclusivamente da fase de desenvolvimento de determinada obra audiovisual não poderão se valer do maior prazo concedido aos processos que visem o financiamento da fase de produção da obra audiovisual e estes não poderão se valer do maior prazo concedido aos processos que visem exclusivamente a distribuição da obra audiovisual.
IN	19	17/11/2003	Regulamenta o prazo de registro do pedido de emissão e distribuição de Certificados de Investimento junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
IN	44	11/11/2005	Normatiza a concessão do Prêmio Adicional de Renda como mecanismo de fomento à indústria cinematográfica brasileira.
IN	56	25/09/2006	Estabelece normas gerais para o Programa Ancine de Incentivo à Qualidade do Cinema Brasileiro.
IN	61	07/05/2007	Regulamenta a elaboração, a apresentação e o acompanhamento de projetos de infra-estrutura técnica para o segmento de mercado de salas de exibição.
IN	62	05/06/2007	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 44, de 11 de novembro de 2005.

IN	68	20/12/2007	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 56, de 25 de setembro de 2006, que estabelece normas gerais para o Programa Ancine de Incentivo à Qualidade do Cinema Brasileiro.
IN	75	18/06/2008	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 44, de 11 de novembro de 2005, que normatiza a concessão do Prêmio Adicional de Renda como mecanismo de fomento à indústria cinematográfica brasileira.
IN	80	20/10/2008	Estabelece normas e procedimentos para a aprovação da política de investimento dos FUNDOS DE FINANCIAMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL - FUNCINES e para a apresentação, análise, execução e acompanhamento dos projetos aptos a receberem seus recursos.
IN	82	12/05/2009	Altera dispositivo da Instrução Normativa nº 80, de 20 de outubro de 2008.
IN	86	02/12/2009	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 44, de 11 de novembro de 2005, que normatiza a concessão do Prêmio Adicional de Renda como mecanismo de fomento à indústria cinematográfica brasileira.
IN	87	16/12/2009	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 56, de 25 de setembro de 2006, que estabelece normas gerais para o Programa ANCINE de Incentivo à Qualidade do Cinema Brasileiro.
IN	89	16/03/2010	Altera e acrescenta dispositivos na Instrução Normativa 44, de 2005, e na Instrução Normativa 56, de 2006, que normatizam, respectivamente, o Prêmio Adicional de Renda e o Programa ANCINE de Incentivo à Qualidade do Cinema Brasileiro.
IN	103	26/06/2012	Estabelece procedimentos para a apresentação, análise e credenciamento de projetos com vistas à habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, instituído pela Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012.
IN	116	18/12/2014	Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade a serem observados por projetos audiovisuais financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE; altera as Instruções Normativas nº. 22/03, 44/05, 61/07 e 80/08, e dá outras providências.
IN	119	16/06/2015	Estabelece critérios para a classificação de nível de empresa produtora brasileira independente, para fins de captação de recursos por meio de fomento indireto, e dá outras providências.
IN	125	22/12/2015	Regulamenta a elaboração, apresentação, análise, aprovação e acompanhamento da execução de projetos audiovisuais de competência da ANCINE realizados por meio de ações de fomento indireto e de fomento direto, revoga a Instrução Normativa nº. 22/03 e dá outras providências.
IN	126	08/03/2016	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº. 61, de 07 de maio de 2007; Instrução Normativa nº. 76, de 23 de setembro de 2008; Instrução Normativa nº. 80, de 20 de outubro de 2008; Instrução Normativa nº. 106, de 24 de julho de 2012; e Instrução Normativa nº. 119, de 16 de junho de 2015.
IN	130	13/12/2016	Normatiza a utilização da logomarca e dos créditos textuais da ANCINE nos produtos realizados com recursos públicos federais da área audiovisual, e dá outras providências.
IN	132	15/03/2017	Altera dispositivos das Instruções Normativas nº. 116, de 18 de dezembro de 2014, e nº. 128, de 13 de setembro de 2016.
IN	133	07/03/2017	Dispõe sobre a utilização de recursos derivados dos benefícios fiscais previstos pelos art. 3º e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, e pelo art. 39, inciso X da Medida Provisória nº. 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências.
IN	145	08/10/2018	Altera dispositivos das Instruções Normativas nº 116, de 18 de dezembro de 2014, e nº 128, de 13 de setembro de 2016.
IN	149	17/09/2019	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 125, de 22 de dezembro de 2015, e dá outras providências.
IN	150	23/09/2019	Dispõe sobre os procedimentos para a apresentação e análise das prestações de contas de recursos públicos aplicados em projetos audiovisuais de competência da ANCINE executados por meio de ações de fomento direto e indireto, revoga a Instrução Normativa nº 124, de 22 de dezembro de 2015, e dá outras providências.
RDC	20	14/12/2004	Determina o abatimento nas leis de incentivo à cultura dos valores recebidos pelas proponentes através do Programa Ibermedia e do Concurso de Seleção para Apoio Financeiro, em regime de coprodução luso-brasileira
RDC	33	16/12/2009	Dispõe sobre procedimentos administrativos referentes à aprovação da política de investimento dos FUNCINES e à análise, acompanhamento e prestação de contas dos projetos aptos a receberem seus recursos

RDC	41	12/09/2011	Dispõe sobre os procedimentos para cálculo de atualização de débitos junto à ANCINE, de juros de mora e multas decorrentes de irregularidades nas prestações de contas dos recursos públicos aplicados em projetos de competência da ANCINE, por meio de recursos orçamentários da ANCINE, dos mecanismos de incentivo criados pelas leis n. 8.313/91, 8.685/93, 10.179/01 e 11.437/06 e pela Medida Provisória n.º 2.228-1/01, e subsidiariamente dos recursos provenientes do FSA - Fundo Setorial do Audiovisual.
RDC	93	01/10/2019	Dispõe sobre a Resolução de Diretoria Colegiada nº 67, de 27 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, mantendo-se as demais disposições da PORTARIA ANCINE N.º 460-E, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020.

ALEX BRAGA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.